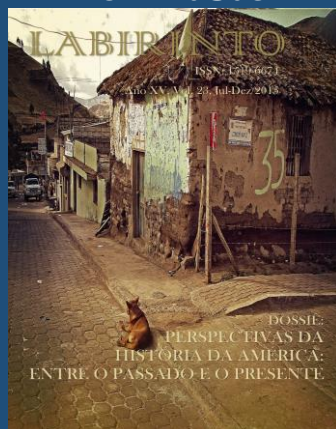


UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XV
VOLUME 23
(JUL-DEZ)
2015
PP. 172-203.

RELIGIÃO E CAPITALISMO: LUGARES FORMATIVOS DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA (RELIGION AND CAPITALISM : PLACES FORMATION OF HISTORICAL CONSCIOUSNESS)

EMERSON DE ARRUDA

Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso
arruda.emerson@ig.com.br

RESUMO: Neste ensaio é analisado como capitalismo e a religião se constituem lugares sociais na formação da consciência histórica de determinados indivíduos e o modo que estes experimentam e significam o tempo histórico. Tal perspectiva nos conduz ao estudo da definição do capital a partir do horizonte marxista e ao exame do lugar social na operação historiográfica de Michel de Certeau. O intercâmbio entre esses dois conceitos teóricos nos dará condições de perceber como aspectos imanentes e transcendentos que constituem a cultura humana definem a relação significativa e significativa de inúmeras pessoas com os fenômenos sociais e temporais da vida humana. O texto em questão não tem como objetivo e/ou propósito geral fazer uma análise historiográfica de um determinado período histórico, mas, estabelece uma introdução teórica e reflexiva, a partir da abordagem bibliográfica, acerca do papel formativo que tanto religião e quanto o capitalismo exercem sobre o ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Religião; Consciência histórica.

ABSTRACT: In this essay is analyzed as capitalism and religion constitute social places in the formation of the historical awareness of certain individuals and the way that they are experiencing and mean the historical time. Such perspective leads us to study the definition of capital from the Marxist horizon and examination of the social place in the

operation of Michel de Certeau historiographical. The exchange between these two theoretical concepts will give us the conditions to realize how immanents and transcendent aspects that constitute human culture define the significant relationship and significant of countless people with social phenomena and temporal affairs of human life. The text in question does not have as objective and/or general purpose make a historiographical analysis of a particular historical period, but establishes a theoretical introduction and reflexive, from the bibliographic approach, about the formative role that both religion and as capitalism exert on the human being.

KEY-WORDS: Capitalism; Religion; Historical consciousness.

No último decênio, particularmente, os politólogos ibero-americanos têm realizado um intenso esforço criativo e crítico, para encontrar um modelo de transformação da sociedade, útil às nações latino-americanas e original, pois supera não só os modelos do pragmatismo norte-americano, mas também os marxistas de inspiração leninista e dogmática. As raízes do mal têm sido detectadas, mais do que na abstrata categoria descritiva do subdesenvolvimento, no que esquema concreto da dependência neocolonial da economia latino-americana, constantemente manipulado segundo os interesses das grandes potências mundiais. Simultaneamente, a análise crítica da sociedade tem concordado no caráter unidimensional do patriarcalismo tecnocrático, realizado sem uma real participação política popular

(Félix Alexandre Pastor)

Ao analisar a história podemos identificar a religião e o sistema capitalista se estabelecendo como lugares sociais formativos no comportamento humano. Desde a Grécia Antiga, passando pelas perspectivas econômicas neoliberais às noções socioeconômicas gramscianas, aspectos materiais e imateriais presentes na cultura humana constituem a identidade, os costumes, o projeto de estado e a própria consciência histórica de inúmeros indivíduos.

Essa assertiva se estabelece como um paradigma inquietante, uma vez que, desde a declaração da morte de Deus e da possível falência do próprio Capitalismo, “tais agentes” continuam vivos, construindo e, ao mesmo tempo, redefinindo uma série de elementos culturais visíveis em nosso século.

Nesse sentido, é possível perceber que tanto a religião quanto a economia são aspectos da existência humana que precisam ser analisados com atenção, posto que, ambas produzem noções de temporalidade, espacialidade e localização histórica. Desta forma, os teóricos do campo histórico são desafiados a problematizar a dimensão pedagógica do universo religioso, não se limitando apenas ao entendimento reducionista de que a religião é o ópio de um povo

carente; pelo contrário, ela interfere na representação do sujeito do tempo histórico.

Quanto ao capitalismo, sendo um sistema econômico de horizontes globais que trabalha com o discursivo da livre concorrência, a importância do mercado, o domínio dos meios de produção, a aquisição do capital e o valor do trabalho, é possível ver em seu gene a idealização de um bem-estar a ser conquistado dentro de um processo cíclico permanente. Deste modo, a sociedade teria como meta a conquista, (*numa acelerada lógica de consumo*) de um projeto socioeconômico realizante, que serviria de *princípio motor eterno* para sobrevivência do capital. Isso facultara ao sistema capitalista à criação de uma agenda que utiliza discursos de progresso e ascensão social, como meios que legitimam a importância e o etnocentrismo capitalista.

Portanto, a dimensão religiosa e a perspectiva materialista do capitalismo continuam como protagonistas invisíveis na história da humanidade, desafiando-nos a compreender: como essas dimensões da cultura humana participam da formação da consciência histórica, e ao mesmo tempo, se naturalizam e/ou se acomodam ao cotidiano humano?

RELIGIÃO E CAPITALISMO

Religião

Por vezes, quando se discute a existência de um elemento religioso e suas implicações sobre a cultura humana, somos automaticamente condicionados a pensar que o Judaísmo e o Cristianismo resumem em si, toda a subjetividade, símbolos, significações e ação religiosa. Entretanto, ao analisar toda diversidade cultural é perceptível outras manifestações religiosas tais como: o Budismo, o Hinduísmo, o Xintoísmo, o Confucionismo, e o Islamismo, dentre outras.

Desta maneira o primeiro desafio que um pesquisador no campo da história da religião enfrenta, envolve a própria definição desta área do conhecimento, pois,

(...) as definições do termo religião nos dicionários de línguas modernas costumam ser perifrásticas, às vezes preconceituosas, ou são genéricas a ponto de se tornar inúteis. Qualquer religião que observamos é um sistema de crenças e práticas que nos

parece intuitivamente semelhantes a outros sistemas também considerados religiosos. Por vezes, a definição parte de uma religião que se toma como referência: elementos comuns se estabelecem por comparação e são então usados para aquela definição. Mas tal processo é arbitrário e artificial (CARDOSO, 2005, p.209).

Para que não aja uma ação arbitrária na definição do termo religião é importante partir do pressuposto de que ao estudar o campo religioso estamos lidando com várias religiões que se diferenciam em diversos aspectos e elementos, e mesmo que existam possíveis aproximações, elas não podem ser vista sob um único viés, uma vez que

(...) nesta altura, muitos podem naturalmente perguntar: mas, se falando em religião, seja desse ou daquele modo, não estamos falando de Deus? (estamos falando de Cristianismo, é claro). Não tratam as

Ciências da Religião e a Teologia do mesmo objeto, que é Deus? A resposta é não. Essa é a grande questão, causadora de mal-entendidos, receios e resistências. Vou tentar esclarecer esse ponto essencial, ainda que não vá aqui a pretensão de dar um ponto final à questão. Apesar da longa tradição de estudos da religião que a Europa possui ainda hoje lá se discute a relação entre Teologia e Ciências da Religião, às vezes ainda com paixão. As Ciências da Religião estudam não Deus, mas suas formas de expressão, em resumo, nas pessoas e na cultura. Nesse ponto, Ciências da Religião se distinguem da Teologia, porque não cogitam de questões a respeito de Deus, como sua existência e natureza. Estudam efeitos e não causa.” (MENDONÇA, 2003, p.21-23).

A aparente noção de Mendonça de que a religião não se limita ao estudo de Deus na visão cristã, incorre

talvez, no mesmo equívoco europeu, pois, mesmo que analise os possíveis efeitos das crenças, a causa continua sendo mesma, ou seja, a fé no Deus cristão. Nesse sentido, ao se discutir a religião é importante que o sentimento religioso não seja reduzido à tradição judaico-cristã, o que de certa maneira é complexo, visto que, historicamente, o Ocidente tem como um dos seus pilares formativos os ideais cristãos. Sendo assim, estabelecida essa problematização, duas indagações são essenciais: Qual o sentido e/ou significado de religião? E ao mesmo tempo, por que estudar um tema como este?

Ao longo da história os indivíduos evidenciam em suas ações, simbologias e manifestações socioculturais inúmeros sentimentos religiosos, que de algum modo personificam esse desejo de dar um significado transcendente para a vida, que não se limita apenas a compreensão material da realidade; assim, é possível dizer que

(...) religião é uma categoria de análise histórica e social que pode ser definida como um conjunto de crenças, preceitos e valores que compõem artigo de fé de

determinado grupo em um contexto histórico e cultural específico, lembrando que a religião é sempre coletiva. [...] podemos ver religião entre os primeiros seres humanos, isso se deve a sua característica de esforço para explicar o mundo e o universo. Toda a sociedade ao longo da história se preocupou com suas origens, com a própria origem da espécie e com os mistérios da morte. Os primeiros conjuntos de crenças que chamamos de religião foram às primeiras tentativas, válidas até hoje em diferentes culturas, para responder a essas questões (SILVA, 2009, p.354).

Como categoria de análise histórica e social a religião reúne em si um conjunto de valores, modos de significar e de interpretar os fenômenos presentes no mundo. Esses mecanismos racionais se estabelecem como possíveis caminhos que determinadas pessoas criam para compreender determinados eventos, tais como: mudanças climáticas, processos políticos

territoriais, as fases etárias da vida, o desenvolvimento psicossocial do ser humano, dentre outras questões da vida que se apresentam como mistérios.

Essa relação significativa com o mundo tem um caráter universal, pois, em diferentes tempos históricos as culturas humanas evocam uma habilidade cognitiva, (para alguns, ficcional) recusando-se a interpretar os acontecimentos históricos e a própria complexidade ontológica humana a uma compreensão/explicação de caráter racionalista e empírica.

É exatamente dentro deste universo ontológico que as religiões se configuram como um elemento, e/ou no mínimo um objeto de pesquisa singular, pois, constituem e definem as relações políticas, sociais, econômicas, culturais e temporais do ser humano, posto que,

(...) um rápido olhar para o mundo ao redor mostra que a religião desempenha um papel bastante significativo na vida social e política de todas as partes do globo. Ouvimos falar de católicos e protestantes em conflitos na Irlanda do Norte, cristãos contra muçulmanos nos Bálcãs, atrito

entre muçulmanos e hinduístas na Índia, guerra entre hinduístas e budistas no Sri Lanka. Nos Estados Unidos e no Japão há seitas religiosas extremistas que já praticaram atos de terrorismo. Ao mesmo tempo, representantes de diversas religiões promovem ajuda humanitária aos pobres e destituídos do Terceiro Mundo. É difícil adquirir uma compreensão adequada da política internacional sem que esteja consciente do fator religião (GAADER, 2000, p.14).

Portanto, é na diversidade das religiões e nos modos como elas concebem a realidade, que podemos vislumbrar a produção hermenêutica e valorativa presente no campo religioso. Essas dimensões interferem, como já foi afirmado em diversas áreas da vida humana, por exemplo: na construção dos valores morais, e finalmente, na formação da consciência histórica e na aplicação deste último conceito na formulação da narrativa pelo o sujeito. Mas, como isso acontece? Como a religião e/ou as religiões participam

na formação da consciência histórica? Antes de analisar esse processo é importante definir também o conceito de capitalismo, pois, de alguma maneira esses dois campos se aproximam na construção desta consciência histórica.

Capitalismo

O propósito geral deste ensaio não é o de emitir alguma espécie de juízo de valor e nem analisar de maneira exaustiva o Capitalismoⁱ enquanto sistema econômico, mas, de compreender como ele se configura num lugar social na formação da consciência histórica dos indivíduos. Portanto, o capitalismo pode ser visto como um sistema econômico surgido no Ocidente, na transição da Idade Média para a Idade Moderna que conseguiu se expandir numa larga escala por quase todo mundo, podendo ser analisado, como,

(...) uma forma de atividade sócio-econômica baseada na propriedade privada dos meios de produção e na utilização da força de trabalho do assalariado. O conceito de capitalismo, de extrema

complexidade, tem como ponto de partida a sua permanente evolução, o que o definiria com um processo que não pode ser estacionário. O impulso fundamental que movimenta o capitalismo, permanentemente, provém dos novos bens de consumo, produção e transporte, criados por ele próprio. Trata-se, assim, de um processo circular, ou seja, o capital (bens móveis ou imóveis) gera o capitalismo que, por sua vez, transforma-se em capital para novo capitalismo (AZEVEDO,1990, p.76).

Como uma atividade socioeconômica baseada numa relação entre os donos dos meios de produção, (que tem como base hegemônica, o capital), e a classe de trabalhadores, o capitalismo se configura num campo sócio formativo em que a lucratividade é o fim principal de sua subsistência e, de certa maneira, exerce controle sobre os princípios lógicos que regem a própria sociedade.

Ao afirmar a possível existência de uma relação dentro deste sistema, não significa que ela seja bilateral,

em que o proletariado e a classe dominante promovem uma ação dialógica procurando resolver os problemas gerados pelo capital, pelo contrário, historicamente, a unilateralidade do setor privado tem definido o perfil capitalista, que serve de base ideológica para uma reação e/ou revolução social dos trabalhadores. Para Marx dentro da esfera capitalista essa relação de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, que por sua vez, será determinante na formação da consciência, pois,

(...) O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se

haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal estrutura.” “(...) É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade” (MARX, 1998, p.47-48).

Na perspectiva marxista são as condições materiais reveladas e constituintes do processo histórico, que fundamentam toda a vida social dos indivíduos e, este modo de ser, fundamentado no materialismo exclui qualquer perspectiva do idealismo filosófico, e a única resposta e/ou transformação dessa realidade socioeconômica capitalista está nos fenômenos físicos através do materialismo dialético-histórico, em que a dinâmica capitalista deixa de existir, sendo substituída por nova sociedade, sem classes sociais e baseada na propriedade comum dos meios de produção.

O aparecimento dessa nova realidade econômica só pode acontecer sob os rigores da contradição da vida material, por meio das forças produtivas sociais e as relações de produção, em que o trabalhador assume o seu protagonismo histórico e se torna coparticipante da construção econômica de um novo modelo político de Estado, o que para Marx, dificilmente, poderia acontecer no capitalismo.

Entretanto, diferente da concepção marxista, Penna analisa de modo positivo o caráter dinâmico do capitalismo, afirmando que esse sistema econômico é a

(...) própria economia de mercado e quem fala em mercado fala em lucro,

concorrência e competição. O Socialismo, do mesmo modo como híbrido Capitalismo de Estado vigorante entre nós, não são capitalistas precisamente porque são monopolizadores, centralizadores e levados a detestar a ação competitiva da lei de oferta e procura, a ela preferindo a violência e a astúcia maquiavélica do embate político. A livre iniciativa comporta a luta monetária, a concorrência, o risco, a imprevisibilidade e é, por força desse comportamento agonístico e lúdico de perde e ganha (o comportamento precisamente que escandaliza, horroriza e enche o clérigo socialista de piedosa revolta contra as “injustiças sociais”), que a economia de mercado é eficiente e estimula o progresso econômico. O capitalismo, em suma, transfere para o terreno da atividade material e econômica a filosofia evolucionista de seleção natural, na luta pela vida, que Darwin

postulou na biologia (PENNA,1991, p.115).

Nesse sentido, a economia de mercado fundamentada na livre iniciativa, no risco, na imprevisibilidade, na lei de oferta e procura, e na própria concorrência cria uma espécie de equilíbrio, enquanto a busca por uma horizontalidade socialista que tem como propósito final o estado comunista gera um desequilíbrio de forças. É irônico, mas, essa estranha lógica que vê o capitalismo como caminho natural da vida, é de certa forma, a aplicação concreta da fundamentação teórica que estrutura todo campo do conhecimento científico hoje; e que lhe dá o poder decisivo de estabelecer o que é verdadeiro, verificável e digno de confiança: a dimensão evolucionista.

Longe de tentar resolver essa questão neste texto, que para alguns já está, definitivamente, resolvida nas obras, *Contribuição a Crítica da Economia Política* (1859) e *o Capital* (1867) de Marx, interessa-nos o fato de que o capitalismo é um sistema socioeconômico que tem como ponto de partida: uma evolução permanente, em que a aquisição de novos bens de consumo, a produção, o lucro, a lógica de mercado, e o capital criam um processo cíclico de sua própria sobrevivência, que

influencia a noção de tempo das pessoas. Como isso acontece?

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E LUGAR SOCIAL

Consciência Histórica

A relação do homem com o tempo tem sido o objeto de diversas reflexões teóricas no campo historiográfico, e em outras áreas do conhecimento humano. Neste universo complexo de teorizações, a noção de tempo tem sido percebida sob diversos aspectos: nos movimentos das estrelas, planetas e estações do ano; na criação de calendários que promove uma organização numérica para os eventos; nas perspectivas temporais: passado, presente e futuro que se configuram em campos de localização existencial; nas categorias metas-históricas que personificam expectativas, experiências, angústias e esperanças humanas, e nos regimes de historicidade que evocam nos múltiplos contextos históricos uma lógica para os fenômenos da vida.

Tais buscas nos indicam que o ser humano tem a habilidade racional de se situar dentro do campo

histórico-espacial procurando de todos os modos encontrar um significado plausível para a sua história como um indivíduo da sociedade e cidadão do mundo.

Para Rûsen essa natureza de teor reflexivo que interpreta e constitui sentidos históricos, e que por sua vez, se culminará numa narrativa histórica, pode ser denominada como consciência histórica, pois ela é

(...) a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é como ciência, e por que ela é necessária. A consciência histórica será analisada como fenômeno do mundo vital, ou seja, uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a soma de operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua prática no tempo. Pressuposto dessa definição e

pilar de toda argumentação seguinte é a tese de que o homem tem de agir intencionalmente para poder viver e de que essa intencionalidade o define como um ser que necessariamente tem de ir além do que é o caso, se quiser viver no e com que é o caso. A consciência histórica está fundada nessa ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que representa algo que não são. Com outras palavras: o agir é um procedimento típico da vida humana na medida em que, nele, o homem, com objetivos que busca transpõe sempre para além do que ele e seu mundo são em cada momento (RUSEN, 2010, p.56-57)).

Como um ser racional o homem consegue a partir de processos cognitivos dar significados a si mesmo e a todas as coisas que o circundam. É intrínseco nele essa consciência valorativa que se constitui também de um senso histórico, e por vezes, historiográfico. Assim, as experiências cotidianas, os movimentos temporais e uma série de parâmetros culturais revelam a autonomia de cada indivíduo na interpretação, transformação, representação e orientação no mundo.

Portanto, para Rüsen as pessoas são agentes racionais que constroem uma interpretação da realidade histórica a partir de suas intenções e desejos em que as circunstâncias práticas da vida cotidiana se configuram como bases essenciais da construção da consciência histórica e que se tornam conteúdo vivo, reflexivo e múltiplo no processo de ensino-aprendizagem.

Dentro desta abordagem é importante ratificar o papel das operações mentais, pois, o indivíduo se torna um hermeneuta, que guiado pela razão, estabelece critérios, interliga-os e, finalmente, constrói a sua narrativa histórica da realidade. Todavia, pode-se afirmar que não existe apenas uma única consciência histórica, mas, “*consciências históricas*”, uma vez que os

indivíduos percebem o mundo a partir de diversos fatores sócio-culturais.

É claro que no pensamento de Rüsen (2010) essa consciência histórica e/ou esse processo cognitivo significativo de agir intencionalmente diante do processo histórico é um elemento racional único nos homens, mas, por conta das diversas culturas, essa intencionalidade sempre será norteadas pelos valores sociais, econômicos, religiosos e ideológicos de cada um.

Em suma, consciência histórica pode ser vista como as operações mentais que os indivíduos se orientam e interpretam as suas experiências temporais e espaciais diante das diversas facetas da vida prática em sociedade, buscando dar respostas aos mais diversos desafios que se apresentam diariamente, uma vez que,

(...) o homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, o seja, assenhorar-se dele de forma tal que possa realizar

as intenções o seu agir. Nessas intenções há igualmente um fator temporal. Nelas o homem vai além, também em perspectiva temporal, do que é o caso para si e para seu mundo; ele vai, por conseguinte, sempre além do que experimenta como mudança temporal, como fluxo ou processo do tempo. Pode-se dizer que o homem, com suas intenções e nelas, projeta o tempo como algo que não lhe é dado na experiência. (RÜSEN, 2010, p.59)

Lugar social

Se cada ser humano é constituído desta capacidade de agir no tempo conforme a sua consciência histórica, por que os indivíduos significam a própria historicidade de modos diferentes? Esse questionamento nos remete a um dos elementos que constituem a operação historiográfica na perspectiva de Certeau que parte do pressuposto de que,

(...) toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção

socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, lhe serão propostas, se organizem (CERTEAU, 2011, p.47).

Quando se produz um trabalho científico de cunho historiográfico, filosófico, antropológico, e etc., ou se discute um tema dentre os mais variados assuntos, toda a discussão, a problematização e a interlocução são efetivadas a partir de um lugar de produção socioeconômica, política e cultural. Desta maneira, fica evidente de que em nenhum campo do saber humano, a neutralidade científica, de fato, existe; pois, toda formulação teórica e efetivamente sua práxis partem de um lugar social, de um campo ideológico.

Certeau entende que esse lugar social se configura como uma instituição do saber, que pode ser vista desde a origem das ciências modernas, revelando-se nos grupos políticos, eruditos e eclesiásticos, que fabricam os seus estatutos e os seus discursos numa lógica do não-dito, de tal modo que o estudo histórico e/ou resultado final, “está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma realidade passada. É o produto de um lugar”. (2011, p. 56-57)

Portanto, quando se produz um texto científico, ou se cria uma peça teatral, e até mesmo, uma homilia, esses agentes estão produzindo uma espécie de conhecimento que leva em consideração apenas a avaliação de seus pares.

Nesse sentido, todo indivíduo independente de sua formação acadêmica, tendo o status de letrado ou de iletrado age intencionalmente revelando sua consciência histórica a partir de uma instituição do saber que lhe constitui. Essa realidade institucional na visão certeuaniana se estabelece como um paradigma que nos convoca a uma análise do que, como e para quem produzimos nossas pesquisas científicas e historiográficas.

Outros aspectos importantes que podem ser discutidos quanto ao lugar social da produção acadêmica, e principalmente, historiográfica, são: o projeto político de estado e a concepção religiosa que os pesquisadores possuem enquanto cidadãos de um mundo tão múltiplo e pluralista. Por vezes, há uma espécie de silêncio de alguns teóricos quando se colocam em pauta a discussão e a tomada de decisão quanto a questões políticas e religiosas. Parece que nas leis do estatuto do não-dito, ao assumir uma posição política ou religiosa a produção científica de determinados pesquisadores perderia o seu status de cientificidade precisa e imparcial.

Sendo assim, todo indivíduo fala, significa e analisa o mundo a partir de um lugar social, de uma instituição do saber que possui suas normas e conceitos. O desafio é o de que esses diversos lugares sociais consigam a partir de uma decisão reflexiva criar uma ação dialógica em que a alteridade e a própria dialética protagonizem a criação de uma síntese racional libertadora.

A CRENÇA E O CAPITAL COMO LUGARES FORMATIVOS

Uma vez estabelecidas às definições de consciência histórica e lugar social podemos analisar como a religião e o capitalismo se constituem lugares da consciência histórica, e ao mesmo tempo, refletir acerca de possíveis transformações nestes campos formativos do comportamento humano.

Ao estudar a vida humana e toda a sua complexidade é quase que evidente o fato de que a cultura é um dos resultados visíveis de toda a subjetividade de uma sociedade que vive num processo de construção permanente. Nesse sentido, a religião ocupa um lugar de destaque na dinâmica da subjetivação e de significação da realidade histórica, uma vez que ela se torna um campo explicativo de caráter meta-físico produzido pelos homens.

Deste modo, as religiões presentes no mundo, participam, forjam e ao mesmo tempo, movimentam diversas maneiras de compreender e dialogar com os inúmeros aspectos da vida, pois,

(...) a religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Ou por outra, a religião é a cosmificação feita de maneira sagrada. Por sagrado

entende-se aqui uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e, todavia relacionado com ele, que se acredita residir certos objetos da experiência. Essa qualidade pode ser atribuída a objetos naturais e artificiais, a animais, ou a homens, ou às objetivações da cultura humana. Há rochedos sagrados, instrumentos sagrados, vacas sagradas. O chefe pode ser sagrado, como o pode ser um costume ou instituição. Pode-se atribuir a mesma qualidade ao espaço e ao tempo, como lugares e tempos sagrados. A qualidade pode finalmente encarnar-se em seres sagrados, desde os espíritos eminentemente locais às grandes divindades cósmicas (BERGER, 1985, p.38-39).

Como produto de um empreendimento humano a religião traz em sua essência a perspectiva misteriosa do sagrado, que tem a capacidade de promover uma

espécie de ruptura no mundo concreto em que vivemos, criando uma dimensão atemporal, que por sua vez, dá um sentido além para todos os acontecimentos.

Essa perspectiva sacra, que pode ser vista também como uma espécie de esfera e/ou entidade divina, se apresenta de formas diferentes, de acordo com os lugares culturais de cada indivíduo. Isso nos remete a uma análise mesmo que superficial de manifestações religiosas presentes, ainda hoje, em diversos ambientes geográficos e que definem códigos de conduta, dinâmicas econômicas e o conceito de tempo, dentre outros aspectos.

No Hinduísmo, cujas raízes podem ser encontradas entre o ano 1500 a.C. e o ano 200 a.C. temos várias formas de crenças que se desenvolveram na Índia, dentre vários aspectos destacamos o fato de que as relações sociais são baseadas em castas, e

(...) o sistema de castas deu um contexto à vida do indiano, assim como fez a tribo para o africano. As regras que governam a pureza formam a base da divisão de trabalho na comunidade. Certas atividades e certos trabalhos são tão impuros que

somente determinados castas podem realizá-los. Essas castas têm o dever de ajudar os outros grupos a manter sua pureza. Por outro lado, apenas as castas que preenchem os requisitos da pureza podem se aproximar dos deuses mais elevados. As complexas regras que controlam o contato social entre as castas eram muito rígidas, mas a Constituição indiana, que entrou em vigor em 1947, introduziu certas medidas para banir a discriminação por casta. Como não basta mudar a legislação para acabar com antigas divisões sociais e religiosas, o sistema de castas continua tendo um papel importante, em especial nas aldeias (HELEN, NOTAKER & GAARDER, 2000, p.42).

A palavra “casta” vem do termo indiano “jati”, que significa “nascimento” e/ou “tipo,” nessa perspectiva religiosa as pessoas ocupariam suas funções na sociedade de acordo com o grupo social de origem, o que determinaria as relações matrimoniais, os vínculos

sócio-afetivos e até mesmo, a criação de uma dieta alimentar que seria aplicada para cada universo social. Deste modo, na religiosidade hinduísta as relações de poder podem ser vistas na separação dos indivíduos de acordo suas origens, e a classificação destes dependerá do senso de nobreza estabelecido pelas leituras religiosas dos que fazem parte uma elite que convencionou papéis e lugares sociais.

Nesse sentido, as divisões sociais e outros aspectos complexos que não estão sendo abordados neste texto têm como base estruturante, crenças que não olham a potencialidade, a autonomia e a unicidade de cada pessoa no processo histórico, mas, a lógica de uma sacralidade pré-estabelecida pela moral vigente da tradição.

É importante entender também, que no hinduísmo não há uma crença num destino e na providência de um deus, pelo contrário, a responsabilidade dos acontecimentos dependem exclusivamente das ações de cada pessoa. A lógica hinduísta segue o horizonte de causa e efeito, por isso, o que uma pessoa vive hoje é o resultado do que ela fez em momentos históricos passados; portanto, há uma crença reencarnacional dentro da religião hinduísta.

Esses aspectos que são apenas análises superficiais, e quase que, basilares do Hinduísmo nos remetem a verificação de que a consciência histórica dentro deste universo hinduísta seria atravessada pelo conceito de que a história humana se constitui de uma dimensão cíclica dos eventos temporais que se constituem de causas e efeitos físicos e meta-físicos. De certo modo, essa noção produziria uma espécie de sujeição do indivíduo à lógica da tradição religiosa, que por sua vez, valoriza as distinções de um ser, a partir de seu grupo, ou seja, da casta que ele nasceu impedindo-o de alcançar vãos maiores.

No Cristianismo, religião que caracteriza a sociedade ocidental, e que há quase dois mil anos permeia a história, a literatura e a filosofia, dentre outros aspectos, encontramos a crença de que

Deus transcende as noções comuns de tempo e espaço. Diferentemente do homem, que é sujeito à temporalidade e à morte, ele é imutável e eterno. Para usar uma expressão mais moderna, poderíamos dizer que a existência de Deus não está confinada a um estado

de quatro dimensões. Ele não está num lugar nem no outro. Ele não é uma parte do universo como as estrelas, as flores e os animais. Ele se situa acima do mundo e dos processos que aqui ocorrem. A Bíblia oferece outras dimensões de Deus: ele é pai, Senhor, todo-poderoso, onisciente, bom misericordioso, justo e pessoal. Por trás de cada uma dessas diversas características há sempre um acontecimento, porque o Deus cristão é algo mais que um princípio filosófico. Ele é um ser pessoal que ouve as orações e os louvores do homem. Ele é o Deus da história, que guia o mundo rumo ao objetivo que ele determinou: o reino de Deus (HELEN, NOTAKER & GAARDER, 2000, p.145-146).

Seguindo um caminho completamente distinto do Hinduísmo, na abordagem cristã verifica-se a crença em um ser divino que possui atributos e/ou perfeições que fazem dele, alguém superior a todos os demais seres. A

história humana com toda a sua complexidade seria o resultado e/ou a personificação de um decreto eterno, que estabelecido de antemão obedece à lógica divina.

Na crença cristã esse deus não é uma extensão ou a dimensão do próprio universo criado, pelo contrário, ele é um ser pessoal, que ouve e de acordo com sua vontade interfere no tempo histórico fazendo cumprir o seu desejo santo. Para os cristãos esse mesmo deus revelou a sua vontade através de homens, que num período de dois mil anos, iluminados pela sua graça, escreveram um livro especial, denominado, como, Bíblia.

Neste livro, os homens podem encontrar o caminho que os conduz ao reino dos céus, pois, por conta do pecado original e de seus próprios pecados, perderam a justiça original, necessitando, de perdão e da manifestação do amor divino sobre suas vidas. Essa manifestação se dá quando Deus se torna homem e se veste da temporalidade e espacialidade humanas, a fim de provocar mudanças no coração seres humanos caídos.

Esse deus-encarnado ficou conhecido como Jesus Cristo, o Filho de Deus que veio ao mundo tornar-se redentor da história humana experimentando

sofrimento vicário e ressurreição a fim de resgatar a humanidade caída.

É claro que a abordagem de cada religião até agora estudada não tem a pretensão de promover uma análise e/ou uma pesquisa exaustiva de cada campo religioso, isso seria quase que impossível neste artigo, de acordo com o seu objetivo geral. Entretanto, é possível perceber, tendo como análise o Cristianismo, que a consciência história dos cristãos, parte do paradigma de que a vida não se resume apenas a um processo reencarnacional, pelo contrário, a vida se estabelece dentro de uma linha, em que começo, meio e fim constituem a noção espaço-temporal daqueles que professam a fé cristã. Desta forma, o sujeito se relaciona com o mundo, levando em consideração o fato de que todas as coisas são criadas por uma vontade eterna, e de que há um sentido para existência do mundo: o reino de Deus transcende o reino dos homens, e somente nele, as pessoas encontram um sentido especial para a vida.

Um dado importante quando se estuda a visão cristã é o fato de que existem correntes dentro do Cristianismo que percebem temas, como: a verdade, o tempo, a moral, o fim, a economia, e as categorias temporais, dentre outras temáticas, de modos distintos.

Nesse aspecto, poderíamos falar sobre visão cristã católica e a protestante, que também, se subdividem em outras leituras de mundo, que não serão avaliadas neste momento.

Portanto, quando analisamos a dimensão religiosa das diversas crenças presentes no mundo é preciso compreender que elas participam do modo como às pessoas percebem a realidade, o tempo e o espaço. Esse atravessamento religioso se estabelece como um dado cultural importante na construção da consciência histórica de determinadas pessoas.

Para alguns, essa subjetivação cultural que tenta encontrar um sentido sobrenatural para vida, não passa de uma projeção humana potencializada pelo próprio homem que tenta desvendar aquilo que não tem domínio, não sendo, nesse caso, um objeto de pesquisa tão importante dentro do campo historiográfico.

Todavia, independente de como vejamos esse processo cultural, é no mínimo instigante, ver como a religião se constitui lugar social formativo na consciência história de milhares de pessoas, basta assistirmos os vários programas religiosos nas emissoras brasileiras e vemos como as pessoas significam medos, conquistas, o tempo, os outros e a si

mesmas, a partir de suas convicções do sagrado e de seus deuses.

Não foi exatamente isso que Weber fez quando escreveu a Ética protestante e o Espírito do capitalismo. Ele analisou e/ou pesquisou como as crenças de um determinado grupo de cristãos protestantes participaram da formação do que ele denominou como espírito do capital. Mesmo sabendo que a sua tese tem sido refutada, por teóricos como, Trevor-Roper (2007), isso não significa que Weber não tenha notado o fato de que os horizontes religiosos interferem nos campos políticos, econômicos, filosóficos, culturais, e até mesmo, historiográficos, desafiando-nos a perceber que

(...) são necessárias as asas da imaginação para articular com os símbolos da ausência. Com isto os homens não poderão arar o solo, gerar filhos ou mover máquinas. Os símbolos não possuem tal tipo de eficácia. Mas eles respondem a um outro tipo de necessidade, tão poderosa quanto o sexo e a fome: necessidade de viver num mundo que

faça sentido. Quando os esquemas de sentido entram em colapso, ingressamos no mundo a loucura. Bem dizia Camus que o único problema filosófico realmente sério é o problema do suicídio, pois que ele tem a ver com a questão de se a vida é digna de ser vivida. E o problema não é material, mas simbólico. Não é a dor que desintegra a personalidade, mas, a dissolução dos esquemas de sentido. Esta tem sido uma trágica conclusão nas salas de tortura. É verdade que os homens não vivem só de pão. Vivem também de símbolos, porque sem eles não haveria ordem, nem sentido para a vida, nem vontade de viver. Se pudermos concordar com a afirmação daqueles que habitam um mundo ordenado e carregado de sentido gozam um sentido de ordem interna, integração, unidade, direção e se sentem efetivamente mais fortes para viver, teremos então descoberto a efetividade dos símbolos e o poder

dos símbolos e vislumbrado a maneira pela qual, a imaginação tem contribuído para a sobrevivência dos homens (ALVES, 1933, p.26-27).

Diferente da religião em alguns aspectos, o capitalismo também pode ser estudado como um lugar social formativo da consciência histórica. Essa assertiva nos remete a uma análise das transformações culturais provadas pelo capital em diversos momentos históricos e espaços geográficos. Por mais que seja repetitivo para alguns, todas as vezes que estudamos a influência do capitalismo sobre as estruturas socioculturais é sempre importante ratificar que

(...) os seres humanos são produtores: são os que produzem e são como produzem. A produção das condições materiais e intelectuais da existência não são escolhidas livremente pelos seres humanos, mas estão dadas objetivamente, independentemente de nossa vontade. Eis por que Marx diz que os homens fazem história, mas não a

fazem em condições escolhidas por eles. São historicamente determinados pelas condições em que produzem a suas vidas (CHAUÍ, 1995, p.412-413)

Para Marx nascemos dentro de condições materiais, sociais e intelectuais que objetivamente, independe de nossas decisões, e de que, portanto, parte daquilo que temos e somos, advêm de um longo processo histórico de domínio, exclusão e de divisão de classes. É basicamente dentro universo materialista de teor perene, que as relações entre os indivíduos acontecem sob a lógica dos modos de produção, em que a força da economia capitalista perpetua e define identidades históricas, sociais e culturais. Nesse sentido, essas condições segundo a perspectiva marxista se estabelecem como meios e mecanismos na produção de modos de vidas, que trazem uma divisão entre as pessoas, nascendo divisão social que conhecemos como: classe burguesa e classe proletária.

Entretanto, por detrás desta divisão temos o capitalismo que como um sistema econômico de livre concorrência, perpetua através de um discurso sedutor de que há a possibilidade concreta que as pessoas sigam

a lógica matemática de mercado. É exatamente na criação de uma esperança materialista de aquisição que encontramos o princípio motor da sobrevivência, e talvez, da imortalidade do capital. Este discurso econômico faz com que as pessoas construam seus lugares sociais de sobrevivência, e acima tudo, suas aspirações, posto que

(...) é a partir daí que podem ser definidas as relações entre Ser e Consciência. Não é a consciência que determina a vida, senão a vida é que determina a consciência. Para que os homens consigam fazer história, é absolutamente necessário, em primeiro lugar, que se encontrem em condições de poder viver, de poder comer, beber, vestir-se, alojar-se etc. A satisfação das necessidades elementares cria necessidades novas e a criação de necessidades novas constitui o primeiro ato da história. Em cada momento dado, os homens utilizam formas produtivas de que dispõem e organizam formas de

intercambio correspondentes. A conjugação da produção material com a forma correspondente de intercâmbio constitui o modo de produção. Este se identifica com o que, na época, a literatura política chamava-se sociedade civil (MARX & ENGELS, 2001, p.24).

O desenvolvimento de uma ação histórica sob o viés marxista, parte da noção de que elementos essenciais para a sobrevivência humana devem ser supridos, provocando dialeticamente, a criação de sínteses reflexivas na construção de uma percepção histórica autônoma.

Sendo assim, num processo dinâmico essa politização histórica, que pode ser alcançada por qualquer pessoa, se tornará uma forte ferramenta no campo da consciência política, fazendo-nos observar e problematizar a influência das condições materiais, e acima de tudo, do próprio capitalismo, sobre hábitos, costumes, crenças, princípios morais e outros paradigmas contemporâneos.

Esse tipo leitura quanto à influência e/ou a padronização capitalista pode ser vista no modo como

Thompson descreve a redefinição de tempo e disciplina de trabalho sobre a classe trabalhadora inglesa no século XVIII, pois,

(...) por meio de tudo isso - pela divisão do trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos, relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes - formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo. (...) Assim, tanto os cercamentos como o desenvolvimento agrícola se preocupavam em certo sentido, com a administração eficiente do tempo da força de trabalho. Os cercamentos e o excedente cada vez maior de mão obra no final do século XVIII arrochavam a vida daqueles que tinham um emprego regular. Eles se viam diante da seguinte alternativa: emprego parcial e assistência aos pobres, ou submissão a uma disciplina de trabalho mais exigente.

Não é uma questão de técnicas novas, mas de uma percepção mais aguçada dos empregadores capitalistas quanto ao uso parcimonioso do tempo. (...) Quando examinamos cada tarefa mais, detalhadamente, ficamos surpresos com a multiplicidade das tarefas subsidiárias que o mesmo trabalhador ou grupo de família devia realizar numa única choupana ou oficina (THOMPSON, 2013, p.280-297).

Sobre a classe trabalhadora inglesa no século XVIII podemos ver como a lógica de mercado e a objetividade de um capitalismo industrial redefiniram o sentido de tempo, espaço, trabalho, relações humanas e a própria produção cultural, criando uma espécie de controle e disciplina dos trabalhadores. Essa redefinição de sentidos estava a serviço de uma noção econômica de produtividade, lucratividade e a pontualidade que balizam o modus operandi do capitalismo, que também exerceu influência na economia colonial brasileira, uma vez que,

(...) o capital comercial não se limitou na América Latina a explorar os modos de produção pré-existente à conquista. Ao contrário, desdobrou o âmbito da circulação que lhe é próprio e invadiu a esfera de produção, constituindo a economia colonial. Imprimiu-lhe, desde, logo, seu caráter mercantil, assegurando-lhe a realização da produção no mercado mundial. Para subjugar-lá, pois se tratava de colonizar para o capitalismo, reinventou o trabalho civil e o trabalho escravo, e, no caso da escravidão, assegurou a reprodução das relações sociais, com tráfico, setor do comércio colonial e mola de acumulação. Em suma, o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial em seu proveito. Em última análise, o movimento próprio da economia colonial foi-lhe retirados pela

impossibilidade de acumular autonomamente ao se estabeleceram a apropriação e o controle excedente pela burguesia comercial metropolitana (MELLO, 1991, p.41).

Desde o seu nascimento, o capitalismo tem conseguido definir, e redefinir, valores, símbolos e diversos aspectos que fazem parte da história. Por incrível que pareça esse sistema econômico em suas diversas facetas tem fabricado noções de estética, produções literárias, cinematográficas, espaços cibernéticos, lógicas discursivas no campo político, acadêmico, religioso e um emaranhado de questões que se revela e de certa forma, padroniza desejos, expectativas, valorizações e ações dos sujeitos no tempo histórico.

Portanto, em diversos contextos históricos e geográficos é possível estudar os mecanismos de controle criados por esferas materialistas, e ver, como eles querem produzir um tipo de humano que pode existir em qualquer lugar, desde que esse indivíduo siga os parâmetros pré-estabelecidos pelo o capital.

Destarte, não teríamos mais, a figura crítica do cidadão do mundo, que munido de consciência política seria capaz de ver e de romper com as relações de poder existentes. Pelo contrário, tem sido forjado durante décadas, “o homem consumo,” que se governa pela a mecanização e pragmatismo do liberalismo e neoliberalismo econômicos, mantendo-se dentro das divisões sociais, e econômicas de um esquema já constituído pela colonização europeia e pelo processo de americanização norte-americano.

Portanto, visto que o capitalismo tem o poder de influenciar hábitos, costumes e valores, ele se configura como um lugar social formativo no modo como o indivíduo se relaciona com toda a complexidade da vida, espacialidade e temporalidade. Mas, há outro fator importante nessa localização formativa do capitalismo, que é criação utópica e discursiva de um sonho materialista para as pessoas, que podem ter acesso a um bem estar proporcionado pela aquisição do capital, a partir do discurso de livre concorrência, valor do trabalho e a importância dos meios de produção que são naturalizados como meios legítimos para a autonomia social e econômica do sujeito.

É dentro desta dinâmica discursiva, e, mesmo, das influências de mercado já observadas neste ensaio, que

a dimensão capitalista interfere na maneira como os indivíduos se relacionam com a cidade, emprego, categoriais, como: futuro, passado e presente, diversidade cultural, critérios morais, tempo, espaço, noção de sucesso e diversos paradigmas que constituem a realidade histórica, pois,

(...) a história é uma interação complexa e contínua de interesses, experiências e idéias, bem como – na melancólica expressão de Gibbon, o registro dos crimes, loucuras e infortúnios da humanidade. Um volume de ensaios não pode pretender solucionar os problemas de um século repleto deles. Ficarei satisfeito se tiver aberto brechas na parede divisória entre o passado e presente, pelas quais alguns desses problemas possam ser vistos de novo e provocar o pensamento, indagações e discordância, que são a vida do estudo histórico (TREVOR-ROPER, 2007, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste ensaio, por meio de algumas observações foi o de analisar e, ao mesmo tempo, problematizar como a religião e o sistema capitalista participam da formação da consciência histórica e das relações significantes de determinados indivíduos diante de fenômenos históricos e socioculturais.

Nesse sentido, por mais antiga que seja essa percepção, ela ainda continua presente e pode ser vista em diversos acontecimentos, fazeres, experiências e decisões políticas no decorrer de toda a história da vida humana até o presente momento. Por exemplo: da ação do governo norte-americano contra o Iraque; aos ataques terroristas na França; perpassando as múltiplas manifestações religiosas presentes nas periferias e nos “bairros nobres” do Rio Janeiro, São Paulo, Bahia, Nova York, Pequim, Kampala, dentre outros espaços geográficos, fica evidente que crenças e interesses econômicos podem definir uma série de paradigmas e perspectivas que se culminam ações concretas, que por vezes, se legitimam com uma série de discursos acerca da ideia de progresso.

Deste modo, até que ponto as crenças religiosas, nas suas múltiplas facetas serão vistas como um espaço de simplificação científica, engessamento e a alienação? Longe de querer legitimar e/ou justificar erros cometidos por grupos religiosos em diversos momentos históricos, não podemos permanecer alheios à existência de antíteses religiosas que não corroboraram e nem compactuam com as crenças que percebem o outro como oposição.

Não são poucos os religiosos que estão engajados em lutas sociais, na solidificação pela igualdade, solidariedade, respeito, valorização das diferenças e pela produção reflexiva de qualidade no Brasil, mas que, de algum modo, não professam suas crenças, por medo da avaliação de seus pares ao considerarem suas reflexões acadêmicas sem um rigor de cientificidade definida pela lei do não-dito e/ou que seus engajamentos políticos na sociedade não passam de estratégias proselitistas com tom de oportunismo, tornando-se “samaritanos” investidos de uma pseudo-caridade.

Nas últimas décadas muitos religiosos têm se aproximado do universo acadêmico, possibilitando uma ação dialógica, alteritária e provocativa, a ponto de, aos poucos, revisitarem seus conceitos, práticas, relações e,

no mínimo, experimentar o desequilíbrio de seus horizontes formativos e verdades, a partir do confronto de ideias; proporcionando assim, ou melhor, transformando, finalmente, as universidades em espaços realmente públicos, quando na verdade, na maioria das vezes, elas se parecem muito mais com espaços sagrados que sob a lógica dos ritos revelam sua catolicidade e espírito proselitista. Todavia, mesmo com essa aproximação, por vezes, muitos pesquisadores ainda olham de modo preconceituoso e negativo a religião. Possivelmente, essa indisposição aconteça pelo fato de que muitos ainda olham para os atuais religiosos como se eles fossem os mesmos que provocaram exclusões, violências e uma lista de erros no passado.

Entretanto, essa atitude é no mínimo imprópria, visto que vivemos em tempos distintos, com novas perspectivas e vivências. Isso nos remete a uma pergunta simples e a uma verificação de senso comum. A nova geração de alemães, particularmente, a juventude, é a mesma que revelou um sentimento nacionalista etnocêntrico, aprovando o nazismo, e em nome deste, promovendo a destruição que já conhecemos?

A resposta, certamente, é não. Logo, por mais parecidos que sejam, muitos religiosos no tempo

presente distinguem-se dos seus pares do passado, de tal maneira que estão produzindo novas proposições, as quais são dignas de uma análise mais científica e menos ideológica pelas universidades e grupos de pesquisa no Brasil. No mínimo, as práticas, os discursos e os fazeres religiosos deveriam ser vistos como elemento cultural e/ou conteúdo simbólico de um currículo oculto de determinadas pessoas, digno de ser avaliado com cientificidade e não com crenças acadêmicas.

Quanto ao capitalismo, estamos diante de um tema repleto de complexidades, exigindo um estudo criterioso que consiga afastar-se de engajamentos político-partidários e de noções ideológicas, a fim de que seja produzida uma leitura “menos” apaixonada. Ainda assim, qualquer análise econômica efetuada nunca conseguirá promover uma síntese que agrade a todos, a não ser nossos pares de produção científica que esperam a propagação de um legado teórico e ideológico que ratifique e/ou que perpetue a legitimidade do grupo.

Portanto, o exercício que trago para discutir questões sobre o capitalismo, eventualmente, recusa-se a propagação discursiva de um determinismo histórico como resultado das condições materiais, e a

impossibilidade de manipular de modo científico e crítico o sistema capitalista.

Nesse aspecto, por mais infantil que seja, (visto que as crianças herdarão o reino dos céus) proponho a utilização da expressão “e se” nessa análise, mesmo sabendo de que no campo historiográfico é inviável, e não científico, a sua presença, pois, historiadores trabalham com a representação do passado, com aquilo que está morto, a partir do presente, e não com elucubrações, incertezas e projeções. Mas, “e se” não ocorrer à morte do capitalismo? E se esse sistema econômico, em vez de entrar num estágio de decadência e/ou desaparecimento, encontrou mecanismos para sua sobrevivência a ponto de se adaptar às diversas realidades históricas, geográficas e econômicas, não perdendo o seu gene essencial?

Para alguns, essa pergunta revela completa imaturidade teórica, não sendo digna de ser avaliada e respondida. No entanto, atrevo-me a pensar que se ela fosse possível, teríamos uma longa jornada para a criação de dispositivos teóricos, políticos, sociais e educacionais que promovessem, por exemplo, uma ação política mais nobre e justa na promoção do acesso as informações, formação, conhecimento, condições de sobrevivência e emprego, a fim de que todos fossem

tratados com igualdade, uma vez que, o capitalismo tem aspectos negativos e perversos, como a concentração de renda e poder nas mãos de uma única classe, dentre outras questões.

Isso nos remete a constatação de que mesmo num governo de esquerda que está há doze anos na direção do Brasil e que inegavelmente desencadeou mudanças, acessos e benefícios sociais a milhares de brasileiros através políticas públicas, a política econômica continua, de certo modo, conservadora e o capital, no mesmo patamar de domínio, exclusão e formação histórica. Deste modo, somos desafiados a partir das proposições e/ou provocações presentes neste ensaio, a mais uma vez, discutir sobre o papel de crenças religiosas e dos interesses econômicos sob o viés capitalista na formação do comportamento humano.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O que é religião**. São Paulo. Arts Poética Editora, 1933.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1990

BERGER, Peter Ludwing. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria da religião**. São Paulo: Editora Paulus, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru, SP: Edusp, 2005.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo. Editora Ática S.A., 1995.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

HELLERN, Victor, NOTAKRT, Henry & GAARDER, Jostein. **O livro das religiões**. 13ª ed. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2004.

JENKINS, Phillip. **A próxima cristandade: a chegada do cristianismo global**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2004

MARX, Karl & Engels. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. Ciências da religião: de que mesmo estamos falando? **Revista Ciências da Religião: História e Sociedade**. Ano 02. Número 02, 2014. São Paulo: Editora Mackenzie.

PASTOR, Félix Alexandre. **O Reino e a História: problemas teóricos de uma teologia da práxis**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

PENNA, José Osvaldo de Meira. **Opção preferencial pela riqueza**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1991

REIS, José Carlos. **História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RUSEN, Jorn. **Razão histórica:** teoria da histórica: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

Recebido em: 24/10/2015

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos.** São Paulo. Editora Contexto, 2009.

Aprovado em: 18/01/2016

Publicado em: 29/01/2016

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2013.

TREVOR-ROPER, Hugh. **A Crise do Século XVII:** Religião, Reforma e Mudança social. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2007.

NOTAS

ⁱSILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo, Editora Contexto, 2009, p.47. “Podemos definir Capitalismo como um sistema econômico surgido no Ocidente, na Idade Moderna, que se expandiu pelo mundo contemporâneo nos séculos seguintes. Assim, pensar o Capitalismo é uma forma de compreender o presente. Hoje, é esse o sistema econômico que impera em uma escala praticamente global, rompendo fronteiras e culturas. Mas para entendermos sua hegemonia no mundo contemporâneo, precisamos refletir sobre suas origens. Historicamente, o Capitalismo assumiu diversas fases. Surgiu como Capitalismo comercial, fase chamada de mercantilista, entre os séculos XVI e XVIII, e sobre a qual alguns autores discordam se constituiu de fato uma etapa propriamente capitalista ou se deve ser interpretada apenas como um período de transição entre estruturas feudais e estruturas capitalistas; a segunda fase do Capitalismo é o momento em que ele atingiu com vigor a produção industrial. Era o Capitalismo industrial de livre

concorrência, característico dos primeiros avanços da Revolução Industrial na Inglaterra de fins do século XVIII e grande parte do século XIX. A seguir, surgiu o Capitalismo monopolista, típico do imperialismo dos anos 1870-1914, e caracterizado pela concentração de capitais, pela luta por mercados e pelo protecionismo das Nações em competição. Por fim, ainda no mesmo período emergiu o Capitalismo financeiro. Nessa fase, grandes bancos concentravam os capitais advindos do crescimento econômico, e as bolsas de valores negociavam ações das empresas. Hoje, no início do século XXI, com o fenômeno da globalização, analistas julgam que entramos em uma nova fase do Capitalismo. Cada uma dessas etapas foi caracterizada por avanços científico-tecnológicos que impulsionaram o desenvolvimento das empresas capitalistas. Atualmente, os avanços no campo da informática e da eletrônica vêm tendo imensas repercussões na produção capitalista, nas relações comerciais e nas relações sociais de trabalho.”